

Acesso remoto e o tratamento documental: os sites de instituições arquivísticas e a disponibilização online de seus conjuntos documentais

Luiz Henrique Souza de Giacomo Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-1388-2965>
luizgiacomo@yahoo.com.br

Andréia de Freitas Rodrigues Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-8237-5687>
andreia.rodrigues@ufff.edu.br

Resumo

A proposta deste trabalho é analisar sites de três instituições arquivísticas (o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o Museu de Astronomia e Ciências Afins e a Fundação Fernando Henrique Cardoso) no intuito de observar como é realizado o acesso remoto aos conjuntos documentais custodiados nesses arquivos. Acredita-se que o acesso é a principal forma de fortalecimento do arquivo e de sua instrumentalização pela sociedade enquanto uma ferramenta da cidadania. Como método, realizou-se o levantamento de características dos sites e das bases de dados (material de apoio, interação com o usuário, direcionamento de pesquisa, formas de busca) e da metodologia arquivística adotada (métodos de arranjo e uso de normas de descrição). Por fim, percorreram-se os caminhos de pesquisa aos documentos em cada um dos sites selecionados para compreender o trajeto que o usuário segue no momento do acesso aos documentos e informações desejadas. Neste trabalho, dá-se especial atenção ao tratamento arquivístico desenvolvido em cada arquivo, destacando como arranjo, descrição e acesso estão intimamente relacionados e como potencialidades e limites surgem a partir de uma comunhão ou um descompasso entre essas funções arquivísticas, sobretudo em razão da escolha do método de arranjo.

Palavras-chave Acesso remoto. Arranjo. CPDOC. MAST. FFHC.

Remote Access and document treatment: the sites of archival institutions and the online availability of their documents sets

Abstract

The purpose of this work is to analyse the sites of three archival institutions (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o Museu de Astronomia e Ciências Afins e a Fundação Fernando Henrique Cardoso) in order to observe how remote access to the document sets held in these files is carried out. It is believed that Access is the main way to strengthen the archive and its instrumentalization by society as a tool of citizenship. As a method, the characteristics of the sites and databases are surveyed (support material, interaction with the user, research direction, search methods) and archival methodology adopted (all arrangement and use of description standards). Finally, the search paths for documents in each of the selected sites to understand the path that the user follows when accessing the desired documents and information. Special attention is given to the archival treatment developed in each archive, highlighting how document arrangement, document description and Access are closely related and how potential and limits arise from a communion or mismatch between these archival functions, due to the choice of document arrangement method.

Keywords *Remote Access. Arrangement. CPDOC. MAST. FFHC.*

Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 18/05/2022
Aprovado em 13/12/2022
Publicado em 07/02/2023



1 INTRODUÇÃO

Se perguntássemos a um homem comum da rua por que razão os governos criam arquivos, ele por certo nos interrogaria: – Que vem a ser um arquivo? Se lhe explicássemos, então, os objetivos de uma instituição dessa natureza, provavelmente ele responderia, de pronto, tratar-se de mais um exemplo das extravagâncias dos governos. Quanto ao material do arquivo, faria esta pergunta final: – Por que não queimar essa papelada? Visto ser esse conceito popular em relação ao arquivo encontrado em todos os países é de se admirar que eles existam, instituídos com fundos públicos. Deve, portanto, ter havido outras razões que não a solicitação popular para a sua criação. (SCHELLENBERG, 2006, p.25).

Apesar de ter passado mais de 60 anos da publicação dessas palavras por Theodore Schellenberg, os questionamentos ainda são pertinentes e úteis para que possamos iniciar uma discussão sobre os arquivos e a Arquivologia, sobretudo, questionando quais são os objetivos dos arquivos.

Pensamos com Heloísa Bellotto quando esta expõe sobre o papel instrumental que os arquivos possuem. Em suas palavras,

Arquivos são instrumentos, arquivos são ferramentas. Ferramentas da administração (dos órgãos públicos ou das organizações privadas); ferramentas da cidadania (dos direitos e dos deveres dos cidadãos); ferramentas do direito (fontes do exercício jurídico); ferramentas da historiografia (os documentos são os instrumentos de trabalho do historiador); tudo isso, ademais de serem instrumentos indispensáveis da ciência, da tecnologia, do dia a dia das pessoas. Arquivos são instrumentos nos quais a informação está registrada, para quem dela faça uso (BELLOTTO, 2014, p.179).

Desse modo, é sempre necessário termos em mente que quando falamos em arquivos, enfatizamos, principalmente, a cidadania. Ao tomarmos os documentos de arquivo e as instituições arquivísticas por esse viés -o da cidadania-, reforçamos o papel social que possuem. Porém, isso requer que pensemos sobre o contexto em que estão inseridos. Assim, propõe-se a questão: como os arquivos podem, de fato, se tornar instrumentos, em especial, uma ferramenta da cidadania?

De acordo com a mencionada autora, os “arquivos são entidades destinadas a gerir, guardar e dar acesso às informações contidas naqueles documentos.” (BELLOTTO, 2014, p.132). O que se faz possível por meio da adoção de um tratamento técnico com base nos princípios arquivísticos.

Também concordamos com Heloísa Bellotto quando esta aponta que

É com este sentido, o do *acesso pleno do cidadão* ao universo da informação, seja a de caráter jurídico, trabalhista, militar, previdenciário, econômico, cívico, etc., tanto quanto a de caráter cultural, social, educativo e de entretenimento, que os arquivos devem se posicionar na sociedade (BELLOTTO, 2014, p.134, grifo nosso).

É por meio do acesso que é possibilitada a instrumentalização dos arquivos, logo, que eles venham a ter maior valor, espaço e ação social – saindo do espectro desenhado por Theodore Schellenberg. Contudo, não há uma única forma de se acessar os arquivos, isso porque o modo de usar os documentos de arquivo é variado.

Podem ser de três tipos os usos dos documentos de arquivo: 1) o uso prático, realizado pelo administrador, pelo jurista ou por outros profissionais, isso de modo operativo (ações ou informação para ações); 2) o uso popular, realizado pelo cidadão, de modo informativo (sentido cultural ou de caráter pessoal e para direitos); e 3) o uso acadêmico, realizado pelo pesquisador ou pelo historiador, de modo especulativo (científico ou sociocultural) (BELLOTTO, 2014, p.180).

A partir disso, colocamos duas questões que nos servem de motor para a reflexão: *Como as instituições arquivísticas disponibilizam seus instrumentos de pesquisa, suas bases de dados e seus documentos aos usuários, por meio de sites, para o acesso remoto? E qual a influência que a escolha de uma metodologia de arranjo/classificação possui nessa melhor promoção do acesso?*

Tendo como norte tais questões, o trabalho objetiva analisar uma das estratégias que os arquivos têm adotado no cenário de acesso remoto aos conjuntos documentais custodiados. Nossa sociedade está cada vez mais conectada, estando o mundo virtual ao alcance das mãos. Tanto que não nos espantamos com iniciativas como a do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) em criar um aplicativo para celular – o App CPDOC – como uma das portas de entrada para o acesso direto a sua base de dados, em que consta seu acervo (CASTRO, 2017).

O cenário pandêmico vivido a partir de 2020 expôs ainda mais a necessidade de se estar presente no mundo digital. O distanciamento social imposto terminou de revelar as fragilidades que enfrentamos em nossa área no que diz respeito à disponibilização online de documentos de arquivo destinados aos mais diversos tipos de usos e de usuários.

Por meio do acesso remoto, buscamos trazer considerações sobre como a escolha do método de arranjo/classificação e as formas de descrição impactam diretamente na forma e na qualidade de acesso ao conjunto documental, mostrando que pensar o arquivo permanente é ter consciência de que todas as atividades técnicas desenvolvidas estão intrinsecamente relacionadas e incidem no cumprimento do papel social do arquivo por meio do acesso dos usuários.

Nosso interesse é, principalmente no arranjo, pois a forma que se escolhe organizar os documentos, a partir da seleção de um determinado princípio de classificação (se funcional, estrutural, temático ou mesmo híbrido), tem seu reflexo no modo como os usuários, por meio do

acesso – no nosso caso, em especial, o acesso remoto – terão contato com os documentos e informações de que necessitam ao buscarem os arquivos.

Para a realização de nosso estudo, como método analítico, temos duas frentes de trabalho. Primeiramente, a realização do levantamento de características dos sites e das bases de dados existentes (material de apoio, interação com o usuário, direcionamento de pesquisa, formas de busca) e da metodologia arquivística adotada no tratamento documental (métodos de arranjo e uso de normas de descrição). A segunda frente é composta pela análise dos caminhos de pesquisa que devem ser seguidos pelos usuários no momento do acesso aos documentos e às informações desejadas, com suas potencialidades e limitações diante das escolhas arquivísticas da instituição.

Estruturalmente, este trabalho está estruturado do seguinte modo: discorreremos sobre o acesso e o acesso remoto aos arquivos; apontamos elementos que envolvem a disponibilização online dos acervos; realizamos considerações acerca dos sites do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e da Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC); a partir disso, realizamos a busca por documentos nesses ambientes; e, por fim, entrecruzamos os percursos de pesquisa, comparando os diferentes caminhos de forma qualitativa, no intuito de analisar as escolhas metodológicas no tratamento arquivístico.

2 ACESSO E ACESSO REMOTO

A discussão sobre acesso deve ser iniciada com a definição do conceito. Nós o compreendemos de acordo com o que propõe o Conselho Internacional de Arquivos (ICA), que apresenta ‘acesso’ como a “disponibilidade para a consulta de documentos/arquivos, como resultado tanto de autorização legal quanto da existência de instrumentos de pesquisa.” (ICA, 2012, p.176). Dessa maneira, só se acessa aquilo que está descrito e previamente organizado.

O ICA tem uma grande preocupação com relação ao tema. Isso pode ser observado a partir de alguns documentos elaborados pelo órgão, como o Código de Ética (1996), a ‘Declaração Universal sobre os Arquivos’ (2010) e os ‘Princípios de Acesso aos Arquivos’ (2012). Segundo este, os documentos de arquivo “são preservados para uso pelas gerações atuais e futuras. O serviço de acesso conecta arquivos ao público; fornece informação aos usuários sobre a instituição e seu acervo; influencia o público quanto à confiança nos custodiadores das instituições arquivísticas e no serviço que prestam” (ICA, 2012, p.169).

Os textos do ICA servem como um norte aos arquivistas em seu trabalho, reforçando o importante papel social que exercem, pois “os arquivistas têm a responsabilidade profissional de promover o acesso aos arquivos”, apoiando uma cultura de abertura, mas aceitando restrições em acordo com a legislação e outros atos normativos, pela ética ou por exigência dos doadores. Cabe aos arquivistas propiciarem “aos usuários, sem discriminação, acesso justo, equitativo e oportuno aos arquivos.” (ICA, 2012, p.172; 173). Nesse cenário, é fundamental a existência de leis específicas para a questão, como a Lei nº 12.527, de 2011, a Lei de Acesso à Informação.

Tendo em vista o acesso à informação, no presente estudo, nosso foco será a qualidade do acesso remoto a arquivos permanentes. Esta ação deve ser efetuada pelos usuários de modo simples, sem barreiras, pois há de se pensar que os cidadãos, em geral, não têm conhecimento de termos e teorias específicos de nossa área. Condicionar o acesso à necessidade de um saber prévio quanto ao modo como nós arquivistas organizamos e descrevemos os acervos torna estéril a relação usuário-arquivo, a qual teria tudo para ser frutífera e permitiria ao arquivo ocupar mais efetivamente o seu espaço social.

Precisamos que usuários com diferentes interesses venham – num plano físico ou virtual – até o arquivo e possam fazer uso dos espaços das instituições arquivísticas e dos documentos de arquivo custodiados. A princípio, poderíamos apontar que para tal sucesso bastaria a referência estar intimamente relacionada à atividade educativa e à ação cultural, visto que só assim seria possível trazer e manter o cidadão nos arquivos. Contudo, como veremos, apenas essas três peças, que compõem um grande quebra-cabeça técnico referente ao arquivo permanente, não bastam.

Em 2001, por meio da Resolução nº 13, o Conarq aprovou e recomendou a adoção das ‘Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas’, um documento importante para a modernização das instituições arquivísticas brasileiras. Segundo ele, “o *website* de uma instituição arquivística deve ser visto como um instrumento de prestação de serviços – dinâmico e atualizável – e não simplesmente como a reprodução de um folder institucional”, sendo “gerenciado como parte da política de informação da instituição.” (CONARQ, 2000, p.4). Sua potencialidade está no fato de que “além de redefinir as formas de relacionamento com os usuários tradicionais, [ele] poderá atrair outros que, por várias razões, difícil ou raramente procurariam o Arquivo como realidade física” (CONARQ, 2000, p.4). No seu escopo, as ‘Diretrizes’ trazem sugestões de ações a serem tomadas ou evitadas para a garantia do bom funcionamento do site, além de frisar a necessidade de se pensar no usuário como plural (cidadãos, estudantes, pesquisadores e membros do governo) (CONARQ, 2000, p.4-9).

Passados 20 anos, o referido documento carece de uma atualização. Como argumenta Ricardo Andrade, com a *Web 2.0* – espaço mais interativo que a Internet da época das ‘Diretrizes’ – essa necessidade de atualização aumentou, principalmente tendo a chancela do Conarq (ANDRADE, 2010, p.42; 79). Hoje, a *Web* está num estágio até mais avançado, a *Web 4.0*, o que reforça a necessidade de se pensar o ser e o estar dos arquivos no mundo digital.

De acordo com Anna Carla Mariz, o uso da internet é importante para o crescimento do número de usuários e provoca o aumento da visibilidade social e institucional dos arquivos. Contudo, a autora aponta que esse quadro depende de um cenário mais amplo, em que existam dispositivos políticos, culturais, materiais e intelectuais que garantam o direito de acesso à informação (MARIZ, 2012, p.13; 61).

Renan Castro, ao abordar o CPDOC, nos traz dados reveladores sobre a transformação que pode ser causada com o recurso do acesso remoto. Segundo o autor, o acesso remoto representava, em 2017, 57% do acesso ao acervo da instituição, estando apenas 22% do volume total da documentação custodiada pelo CPDOC disponível online. Este fato aponta que os 78% dos conjuntos documentais não disponíveis ao acesso remoto simbolizavam 43% do acesso, que se dá presencialmente (CASTRO, 2017, p.10). Com isso, ficam evidentes os ganhos do investimento em acesso remoto pelas instituições arquivísticas.

3 A DISPONIBILIZAÇÃO DOS ACERVOS

No entanto, nosso interesse é mais pontual, é quanto à forma de acesso e de disponibilização dos acervos. Desse modo, procuramos observar o percurso de acesso aos conjuntos documentais, qual a base de dados existente, a ocorrência de material de apoio, quais instrumentos de pesquisa são oferecidos ao usuário, a exigência de conhecimento arquivístico para o acesso remoto, dentre outros elementos – desenvolvidos em três tabelas no próximo tópico.

Os recursos eletrônicos que vêm sendo utilizados nos arquivos estão promovendo uma alteração nos antigos instrumentos de pesquisa (guia, inventários e catálogos), que agora passam a ser, em muitos casos, gerados a partir de consultas a bases de dados. Muito tem sido investido em pesquisas e produções técnicas na área da Descrição, buscando a construção de normas e *softwares* que atendam as demandas arquivísticas. Como expõe Ricardo Andrade, isso está em sintonia com a nova configuração da web, que está mais interativa, o que provoca novas formas de se representar os documentos de arquivo num plano virtual (ANDRADE, 2010, p.40-48).

Os sites também devem ser considerados como locais de conhecimento do acervo, por meio da disponibilização de informações adequadas e completas sobre seus conjuntos documentais, suas formas de acesso físico, seus instrumentos de pesquisa e seus materiais de apoio existentes, ou mesmo, com o acesso online aos documentos através da possibilidade do download ou mera visualização. Isso terá impacto na necessidade -ou não- de uma consulta presencial posterior e, também, cumpre um papel social de aproximação do usuário a partir da solução de sua demanda informacional. É preciso pensar que, muitas vezes, os usuários se encontram em localidades afastadas do Arquivo que consultam.

É preciso, porém, apontar que a disponibilização dos acervos nos sites, como bem argumenta Anna Carla Mariz, depende de um conjunto de fatores, como: infraestrutura, com o investimento em tecnologia e em recursos humanos; recursos financeiros apropriados para esse fim, o que pouco ocorre e faz as instituições dependerem de editais de fomento e leis de incentivo, como a Lei Rouanet; mas também da mudança da visão social e institucional dos arquivos, que são mais do que meros depósitos de documentos históricos (MARIZ, 2012, p.44-45; 58-61; 138).

4 DADOS SOBRE AS INSTITUIÇÕES E AS FORMAS DE PESQUISA

Os espaços empíricos selecionados foram sites de instituições arquivísticas que nos permitiram um olhar bastante plural e crítico sobre o tratamento técnico arquivístico e sobre o acesso remoto, sendo elas públicas e privadas. Assim, diferentes metodologias arquivísticas foram observadas, avaliando suas potencialidades e limitações relativas às possibilidades de acesso, reforçando a necessidade de adoção um trabalho arquivístico que fortaleça as especificidades do documento de arquivo.

O fato de estarmos avaliando instituições custodiadoras de arquivos pessoais, em nada desmerece nosso olhar e trabalho. Tais acervos são importantes para lançarmos novas luzes aos princípios e metodologias de nossa área, aliás, eles são arquivos. Concordamos com Ana Maria Camargo quando defende o estatuto arquivístico dos arquivos pessoais e justifica a necessidade de um tratamento arquivístico para eles (CAMARGO, 2009, p.36-37).

Abaixo trazemos as informações coletadas junto aos sites do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e da Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC) em três tabelas individuais. Nestas tabelas buscamos explicitar elementos referentes aos sites, às formas de acesso e às metodologias adotadas pelas instituições.

O primeiro site avaliado é o do CPDOC. A instituição, criada em 1973, custodia cerca de 200 acervos de grandes personalidades nacionais, em diferentes suportes (textuais, vídeos, fotografias), os quais vêm sendo tratados e disponibilizados no decorrer das últimas décadas.

Tabela 1 – CPDOC

Link do site da instituição	http://cpdoc.fgv.br/
Base de dados	Accessus
Acesso à base de dados	A partir da página inicial
Instrumentos de pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Guia dos Arquivos (listagem dos acervos de diferentes titulares a partir do qual é possível acessar os inventários de cada fundo); - Inventários de cada arquivo (contam com ficha técnica).
Relacionamento entre base de dados e instrumentos de pesquisa	Sim
Forma de busca	A busca no Accessus é interessante pelas várias possibilidades que são dadas (existem três caminhos de consulta) e pelas instruções existentes no processo de consulta, mas dificultada pelas questões metodológicas do arranjo e da disposição dos termos a serem selecionados para busca avançada.
Disponibilização de documentos	Apenas em alguns casos (lista de arquivos com documentos digitalizados está disponível na entrada da base de dados).
Material de apoio	Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (relacionado ao sistema de busca)
Metodologia do arranjo	Híbrida - Temática (com uso de muitas classes genéricas), estrutural e funcional
Uso de norma de descrição	Não identificado
Possibilidade de interação dos usuários na descrição	Sim – ferramenta ‘Colabore’
Direcionamentos de pesquisa	Sim, na página inicial do site

Necessidade de conhecimento arquivístico pelo usuário	Sim
Auxílio na pesquisa (caixa de ajuda)	Sim

Fonte: Dados colhidos pelo autor a partir de análise do site.

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) foi fundado em 1985, junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e tem por objetivo preservar a memória científica e tecnológica do país. Seu acervo conta com arquivos do CNPq, do Observatório Nacional e de diversos cientistas brasileiros; coleções de livros científicos e peças museológicas que narram um pouco da história da Ciência no país, remontando ao século XIX.

Tabela 2 – MAST

Link do site da instituição	http://www.mast.br/
Base de dados	Zenith
Acesso à base de dados	A partir da página inicial
Instrumentos de pesquisa	Inventários e também são explicitados os conjuntos ainda não tratados.
Relacionamento entre base de dados e instrumentos de pesquisa	Sim. Os documentos são acessados a partir dos quadros de arranjo.
Forma de busca	Simple e associado aos termos descritores dos documentos.
Disponibilização de documentos	Não
Material de apoio	Nenhum
Metodologia do arranjo	Temática (sem uso de muitas classes genéricas), estrutural e funcional
Uso de norma de descrição	ISAD(G) e Nobrade
Possibilidade de interação dos usuários na descrição	Não
Direcionamentos de pesquisa	Não
Necessidade de conhecimento arquivístico pelo usuário	Sim
Auxílio na pesquisa (caixa de ajuda)	Sim

Fonte: Dados colhidos pelo autor a partir de análise do site.

A Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC) foi criada em 2004, em razão da Lei 8.394, de 1991, que dispõe sobre a obrigatoriedade da preservação, organização e proteção dos arquivos dos presidentes da República. A instituição custodia, também, acervos de outras pessoas relacionadas ao mencionado ex-presidente, como sua esposa, seus familiares e políticos, os quais contam com documentos nos mais diferenciados suportes (textuais, imagens, vídeos, tridimensionais).

Tabela 3 – FFHC

Link do site da instituição	http://fundacaofhc.org.br/
Base de dados	Portal de Acervos
Acesso à base de dados	A partir da página inicial
Instrumentos de pesquisa	Guia dos Arquivos, no entanto, não há inventários para que possamos conhecer de forma panorâmica o conjunto documental dos arquivos.
Relacionamento entre base de dados e instrumentos de pesquisa	Sim
Forma de busca	A busca na base de dados é fechada, com o preenchimento dos campos de pesquisa com termos pré-estabelecidos e usados na descrição do acervo, também podendo ser feita segundo o suporte dos documentos custodiados.
Disponibilização de documentos	Sim, e quando tridimensionais, uma fotografia.
Material de apoio	Glossário de atividades e eventos, glossário de documentos, lista de viagens presidenciais, agenda presidencial – além do livro ‘Tempo e circunstância’ (2007), de Ana Maria Camargo e Silvana Goulart.
Metodologia do arranjo	Funcional
Uso de norma de descrição	Não
Possibilidade de interação dos usuários na descrição	Não
Direcionamentos de pesquisa	Sim, na página inicial do site
Necessidade de conhecimento arquivístico pelo usuário	Não
Auxílio na pesquisa (caixa de ajuda)	Sim

Fonte: Dados colhidos pelo autor a partir de análise do site.

5 OS DIFERENTES PERCURSOS DE ACESSO

As instituições selecionadas têm suas particularidades quanto à história administrativa e aos conjuntos documentais custodiados. O mesmo deve ser apontado, obviamente, sobre os trabalhos técnicos desenvolvidos e os sites elaborados por cada uma delas. Nosso objetivo, neste momento, é demonstrar o percurso de pesquisa a ser realizado em seus ambientes digitais, tendo em mente o acesso ao acervo custodiado ou disponibilizado online. Para tanto, decidimos selecionar um documento de cada acervo – os quais não são semelhantes e foram escolhidos por nos suscitar algumas questões quanto ao saber e fazer arquivístico – e observar os meandros que o usuário percorre até encontrá-lo nos sites. Apresentaremos alguns *prints* da tela no momento da pesquisa para destacarmos pontos importantes na nossa análise, especialmente as questões relacionadas ao arranjo.

Contudo, nossa escolha se deteve aos documentos do gênero textual, o que tem suas razões e sublinha algumas questões relacionadas aos documentos de arquivo em outros suportes. Apenas a FFHC traz em seu acesso remoto os documentos tridimensionais. Isso é bastante sintomático, pois explicita o modo como o acervo é visto, na sua integralidade, em grande parte da realidade arquivística, havendo a disparidade dos suportes, seja por razões técnicas, em que os documentos tridimensionais se apresentam com um tratamento mais delicado e peculiar, seja por questões de ordem teórica, que relegam aos documentos em outros suportes um tratamento bibliográfico ou museológico, o que retira deles o vínculo arquivístico com o conjunto e a própria percepção de contexto de produção e/ou acumulação, reforçando, unicamente, o valor secundário que a eles é atribuído para sua guarda permanente.

No acervo do CPDOC, decidimos pesquisar o título de eleitor do ex-presidente Getúlio Vargas. O caminho de pesquisa se inicia logo na tela inicial do site da instituição. Neste espaço já podemos encontrar o meio de acesso ao acervo, ao material de apoio disponibilizado – o Dicionário Histórico – Geográfico Brasileiro, bem como duas abas explicativas sobre o Acesso/Arquivos Pessoais, que são os conjuntos documentais do CPDOC, e sobre a metodologia da História Oral. Desse modo, desde o princípio, podemos chegar aos arquivos e a explicações, mesmo que simples, sobre eles.

Dando continuidade à busca, chegamos à base de dados Acesso. É a partir deste momento que devemos procurar nosso documento, visando acessá-lo. Há três caminhos possíveis de pesquisa: 1) clicando em um dos conjuntos documentais listados com documentos disponíveis para consulta online, 2) uma busca simples ou 3) uma busca avançada na plataforma.

Escolhendo o caminho 1, logo após clicar no link ‘Arquivo Getúlio Vargas’, chegamos a uma listagem das séries documentais do arquivo, ou seja, podemos observar o quadro de arranjo do conjunto documental. Clicando nos símbolos de mais (+), há a possibilidade de acessar diretamente os documentos digitalizados ou de acessar uma caixa explicativa, por meio da aba ‘informações da biblioteca’. Tudo isso, o quadro de arranjo ao fundo e a janela explicativa, é trazido na *figura 1*.

Descrição	Páginas	Ocorrências	Opções
Corresp GVargas - 1930 a 1945	19486	0	+
Corresp GVargas - 1946 a 1950	5986	0	+
Corresp GVargas - 1951 a 1954	17105	0	+
Corresp GVargas - s/data e 1896 a 1929	3265	0	+
Getúlio Vargas	24	0	+
Série Campanha Eleitoral	3284	0	+
Série Confidencial	3079	0	+
Série Doc Complementares	145	0	+
Série Miscelânea	396	0	+
Série Remessa Suplementar	696	0	+
Série Remessa Suplementar2	1489	0	+

PASTA	PAGINAS
1899	0
-GV rem.s 1899.02.01 Documentos pessoais de Getúlio Varga, a saber: título de...	38
1925	0
-GV rem.s 1925.09.14 Documentos de caráter diverso, incluindo: recibos; menu; ...	30
1930	0
-GV rem.s 1930.04.09 Ofício de Luis Betins (?) Paes Leme a Getúlio Vargas apre...	3
1936	0
-GV rem.s 1936.10.00 Carta de Néelson Tabajara de Oliveira a Getúlio Vargas tra...	7
1937	0
-GV rem.s 1937.07.12 Carta de Manuel Antônio Vargas a seu pai, Getúlio Vargas...	3
1938	0
Total de pastas: 49	Total de páginas: 696

Figura 1. Tela do Arquivo Getúlio Vargas.

Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=fgv_gv>. Acesso em: 06 nov 2021.

Desse modo, observa-se que a construção das séries documentais do arquivo de Getúlio Vargas ocorre por meio de uma organização que não segue uma dinâmica arquivística, pois há nomenclaturas temáticas, cronológicas e imprecisas, pontos que destacaremos no tópico a seguir.

Dando sequência ao procedimento de acesso, ao clicarmos na série ‘Remessa Suplementar’, na qual se encontra arquivado o título de eleitor de Getúlio Vargas – e o porquê disso só se conhecendo a lógica do recolhimento –, podemos visualizar sua cópia digitalizada, como aponta a *figura 2*. No entanto, o referido documento se encontra em um arquivo digital juntamente com outros documentos ‘pessoais’ do titular do arquivo, não sendo trazido individualmente.

Tendo sido escolhido o caminho 2 (pesquisa na busca simples), na tela inicial devem ser feitas as seguintes escolhas de preenchimento das caixas de busca: a) busca: ‘título de eleitor’; b)

acervo: 'documento de arquivo pessoal'; e c) tipo: 'manuscrito'. O resultado será uma lista de séries documentais, dos mais diferentes produtores – os quais nem sempre são evidentes, pois são apresentadas as nomenclaturas, em código, sendo 'GV rem.s 1899.02.01' a que nos interessa – com a descrição dos documentos que compõem as séries documentais. Apenas a partir do clique na série, se abre a caixa de acesso aos documentos, apresentado na *figura 2*. Logo, não se acessa diretamente o documento e não há um vocabulário controlado nessa busca.

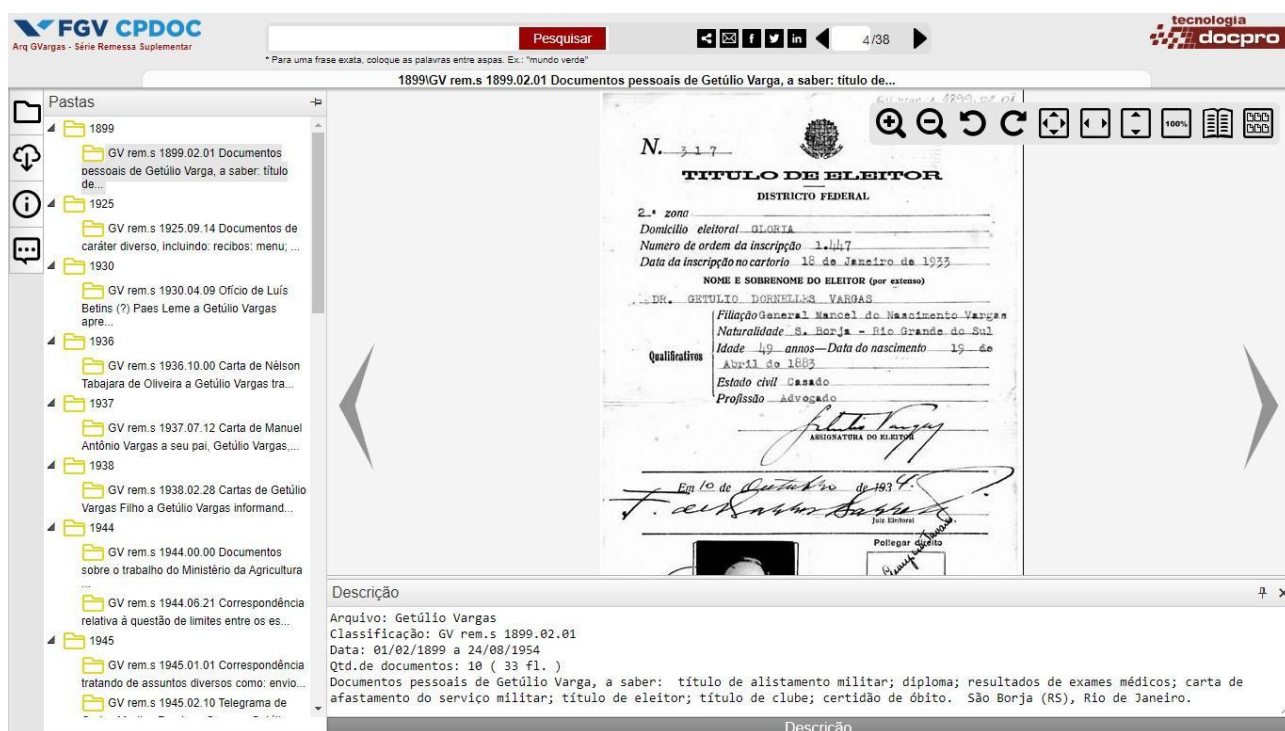


Figura 2. Documentos do Arquivo Getúlio Vargas.

Disponível em:

<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=GV_RemSupl&hf=www.fgv.br&pagfis=4>. Acesso em: 06 nov 2021.

Adotando o caminho 3 (pesquisa na busca avançada), já há uma possibilidade maior de controle da pesquisa, com descritores e campos a serem preenchidos. Existem dois filtros básicos: o arquivo e o tipo de documento (havendo a mistura entre gênero, formato e espécie documental), sendo que a escolha deste último altera a caixa de pesquisa seguinte. O resultado, após a pesquisa, é o mesmo apresentado pela pesquisa na busca simples, apresentado acima.

Mudando de instituição, para o acesso documental do MAST, na página inicial do site, devemos rolar a tela até quase a sua metade, onde encontramos a seção 'Bases de Dados dos Acervos'. Nela há três janelas em que podemos acessar as diferentes bases de dados: acervos Bibliográfico, Museológico e Arquivístico (forma de acessarmos a base de dados Zenith).

Na abertura da página de Zenith temos uma breve apresentação da base de dados e do Arquivo de História da Ciência, que custodia os documentos arquivísticos do MAST. Há, também, informações de contato e localização da instituição, importantes para uma eventual consulta presencial. O acesso à base de dados acontece, apenas, mediante cadastro, no qual são solicitadas informações de contato, dados profissionais e a razão para consulta – elementos que ajudam a instituição a fazer um diagnóstico dos usuários de seu ambiente virtual.

Após o login, é preciso acessar uma aba ‘Pesquisa’ à esquerda. Nela se abre uma aba que permite refinar a pesquisa a partir das seguintes possibilidades: pesquisa simples; base de documentos textuais; base de documentos iconográficos; base de processos; todas as bases; fundo/coleção. Decidimos adotar dois caminhos – a pesquisa simples e a fundo/coleção – na busca pelo acesso do título de cidadão honorário da cidade do Rio de Janeiro recebido pelo matemático Rio Nogueira, em 1992.

Base	Classificação/Nº Processo	Descrição	Material	Ano	Fundo/Coleção
Iconográfico	OF.F.0106	Comemoração e recebimento de placa de ouro e pergaminho oferecidos pelos amigos do Instituto Oswaldo Cruz a OF, por motivo do título de Doutor Honoris Causa concedido pela Universidade de Paris.	Fotografia		Fundo Olympio da Fonseca - OF
Iconográfico	RN.F.0019	Solenidade de entrega do título de cidadão honorífico a RN pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.	Fotografia		Fundo Rio Nogueira - RN
Textual	BA.T.1.001	Documentos referentes a ficha funcional de Bartyra Arezzo, como contratação, avaliação de desempenho, designações para exercer cargos e funções, bem como certidões de títulos entre outros.			Fundo Bartyra Arezzo - BA
Textual	BG.T.1.009	Documentos referentes as premissões recebidas por Bernhard Gross destacando título Honoris Causa da USP, prêmio Bernardo A Houssay e discursos proferidos em agradecimento a homenagens recebidas.			Fundo Bernard Gross - BG
Textual	CA/OC.T.1.1.009	Título de participação na propriedade do Panorama Pálace Hotel.			Fundo Octávio Cantanhede - OC/CA
Textual	CA/OC.T.1.3.006	Documentos diversos da Sociedade Brasileira de Geografia, destacando: Diploma, declaração e discurso proferido por José de Barros Ramalho Ortigão homenageando OC por ocasião de seu recebimento do título de presidente de honra dessa Sociedade.			Fundo Octávio Cantanhede - OC/CA
Textual	CFE.T.2.360	Documentos sobre a exportação de orquídeas pertencentes ao Instituto Oswaldo Cruz a título de empréstimo para o Panamá, por Alexander G. B. Fairchild.			Fundo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil - CFE
Textual	CNPq.T.4.1.012	Trabalho de Edy Suarez Rivas, Nelson Duran e Guissepe Cilento com o título " Energy Transfere from enzyme-generated triplet acetone to Riboflavin perturbed by molecules related to thioxine ".			Fundo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Figura 3. Listagem de documentos na pesquisa simples no Zenith/MAST. Disponível em:

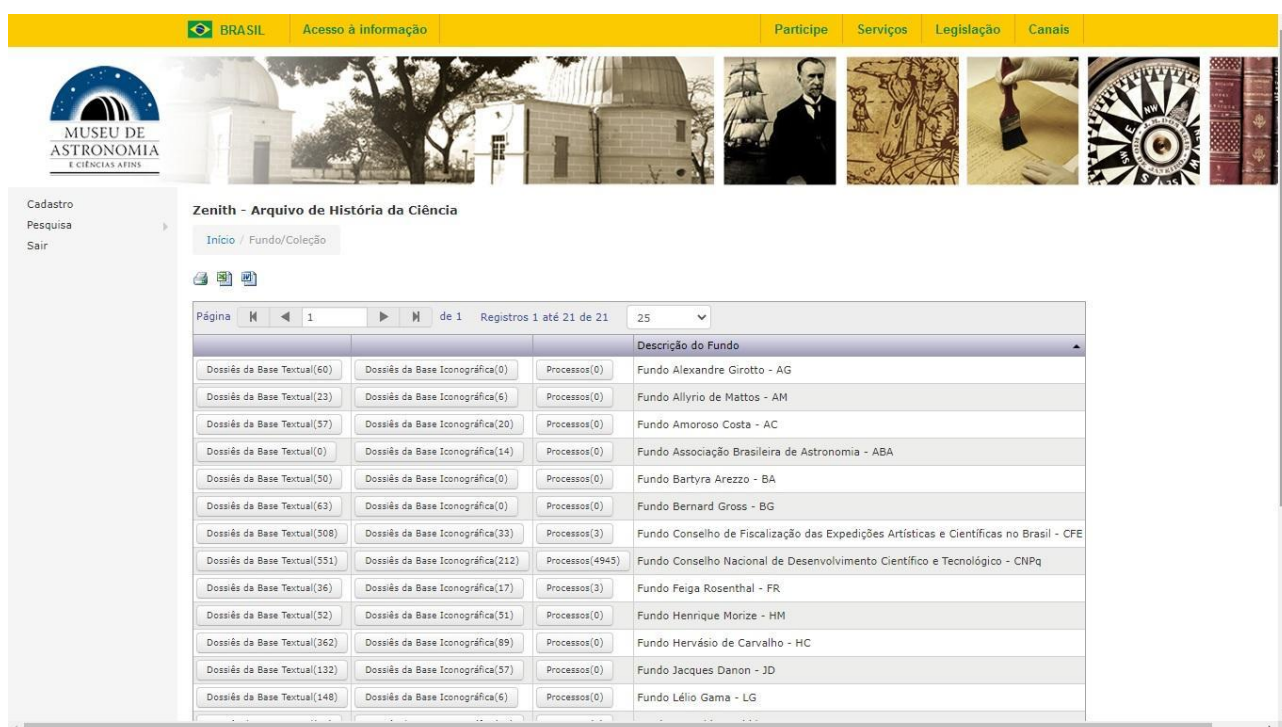
http://zenith.mast.br/v_todaslist.php?cmd=search&t=v_todas&z_Base=%3D&x_Base=&psearch=título&psearchtype=%3D. Acesso em: 07 nov 2021.

Ao clicar na aba ‘pesquisa simples’, abre-se uma caixa em que pode ser digitado o texto desejado – sem um atrelamento aos indexadores. O resultado trazido na *figura 3* é referente a uma pesquisa por ‘título’. O termo desejado é pesquisado nas descrições existentes dos documentos nas séries documentais dos fundos do MAST e elencados ao usuário. Assim, é ler a

descrição, conferir o fundo/coleção e ver se o documento solicitado é aquele apresentado. Ao se clicar no código de notação, no nosso caso, RN.T.1.4.009 (documento textual da série 'Vida Pessoal' e da subsérie 'homenagens e comemorações'), abre-se uma janela com a descrição do item documental, porém, sem sua disponibilização para visualização ou download.

Uma breve e importante consideração a ser feita é que o título de cidadão honorário é um dos documentos que compõe um dossiê sobre o evento, com 68 documentos (cartas, discursos, telegramas de cumprimento, notas a imprensa, cópia do projeto de resolução e a resolução, certificado, cópia de boletim informativo "Diário ABRAPP", relação de entidades e Jornal) somando ao total 113 páginas. Apenas a fotografia do evento se encontra à parte no arranjo e na descrição.

A pesquisa a partir da aba 'Fundo/Coleção' é interessante, como pode ser observado na *figura 4*, visto que traz uma listagem dos fundos e coleções já organizados pelo MAST e aponta a quantidade de itens documentais em cada um dos fundos, entre documentos textuais, iconográficos e processos (mais apropriado para o fundo do CNPq).



Descrição do Fundo		
Dossiês da Base Textual(60)	Dossiês da Base Iconográfica(0)	Processos(0)
Fundo Alexandre Giroto - AG		
Dossiês da Base Textual(23)	Dossiês da Base Iconográfica(6)	Processos(0)
Fundo Allyrio de Mattos - AM		
Dossiês da Base Textual(57)	Dossiês da Base Iconográfica(20)	Processos(0)
Fundo Amoroso Costa - AC		
Dossiês da Base Textual(0)	Dossiês da Base Iconográfica(14)	Processos(0)
Fundo Associação Brasileira de Astronomia - ABA		
Dossiês da Base Textual(50)	Dossiês da Base Iconográfica(0)	Processos(0)
Fundo Bartyra Arezzo - BA		
Dossiês da Base Textual(63)	Dossiês da Base Iconográfica(0)	Processos(0)
Fundo Bernard Gross - BG		
Dossiês da Base Textual(508)	Dossiês da Base Iconográfica(33)	Processos(3)
Fundo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil - CFE		
Dossiês da Base Textual(551)	Dossiês da Base Iconográfica(212)	Processos(4945)
Fundo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq		
Dossiês da Base Textual(36)	Dossiês da Base Iconográfica(17)	Processos(3)
Fundo Feiga Rosenthal - FR		
Dossiês da Base Textual(52)	Dossiês da Base Iconográfica(51)	Processos(0)
Fundo Henrique Morize - HM		
Dossiês da Base Textual(362)	Dossiês da Base Iconográfica(89)	Processos(0)
Fundo Hervásio de Carvalho - HC		
Dossiês da Base Textual(132)	Dossiês da Base Iconográfica(57)	Processos(0)
Fundo Jacques Danon - JD		
Dossiês da Base Textual(148)	Dossiês da Base Iconográfica(6)	Processos(0)
Fundo Lélío Gama - LG		

Figura 4. Listagem de Fundos/Coleções do MAST no Zenith.

Disponível em: <http://zenith.mast.br/v_fundo_colectalist.php>. Acesso em: 07 nov 2021.

Ao clicar em cada um dos fundos ou coleções, abre-se para o inventário desses conjuntos documentais, apresentados em ordem, de acordo com o arranjo. O único problema é que não há

explicações sobre as divisões classificatórias adotadas, sendo possível tomar conhecimento disso apenas por meio dos inventários tradicionais, que estão disponíveis online, mas não via Zenith.

É importante pontuar que os fundos e coleções foram sendo tratados no decorrer das décadas, o que reflete nas escolhas dos arranjos. Assim, não há um padrão. Os mais antigos, como o fundo Lélío Gama, são organizados de forma temática – o deste cientista possui séries nomeadas de Astronomia, Matemática, Gravimetria –, enquanto os mais recentes já possuem elementos de uma classificação funcional, sendo o caso do fundo Rio Nogueira – em que algumas séries são de acordo com suas atuações profissional e docente, bem como participações acadêmicas.

Outra questão relevante é referente aos documentos tridimensionais. Quando pesquisamos no inventário do fundo Rio Nogueira, encontramos alguns objetos como medalhas e placas pertencendo ao conjunto documental e descritos de forma bastante adequada (MAST, 2014, p.84-95), porém, ao realizarmos a pesquisa no Zenith, não há a menção desses objetos nas estruturas de consulta da seção ‘Fundo/Coleção’. Isso é ruim, pois o acesso aos inventários não ocorre pela página inicial do MAST, somente por meio de uma pesquisa em sites de busca, como o Google. Além disso, tal pesquisa explicita duas questões: que os objetos vêm sendo alvo de tratamento arquivístico, contudo, ainda não possuem uma posição de igualdade aos documentos textuais e iconográficos.

Quanto ao acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso, o documento que decidimos pesquisar foi o discurso da posse presidencial do titular principal, em 1995. Logo na página inicial do site da instituição, basta clicar na aba ‘Acervo’ e já se tem acesso, de forma direta, a uma apresentação do conjunto documental, ao guia dos arquivos, às atividades realizadas na instituição, à consulta ao portal do acervo, oficinas e seminários promovidos.

Ao se escolher a aba ‘Consulta’, chega-se ao ‘Portal do Acervo’. O que primeiro nos chama atenção nessa página são os itens apresentados ao usuário na barra superior: informações sobre como consultar o acervo (em que se abre uma janela com um breve vídeo); disponibilização de material de apoio (glossário de documentos; glossário de atividades e eventos; agenda do primeiro governo de Fernando Henrique (cronológica e pela ordem alfabética de atos legais); lista das viagens presidenciais do mesmo período (cronológica e pela ordem alfabética de lugares). Estratégias que convidam o usuário que não está acostumado com a consulta aos arquivos a se situar nesse processo e, também, servem de suporte para o usuário já habituado com esse universo, mas que se interessa por conhecer previamente os caminhos da realização da pesquisa. Este é, sem dúvida, um ponto forte para o site na promoção de um acesso plural.

No 'Portal do Acervo' temos outro mecanismo de pesquisa: a escolha por gênero documental (textual, iconográfico, audiovisual, objetos, sonoro). Os arquivos da FFHC são plurais quanto ao suporte e à técnica de registro, o que foi cuidadosamente abordado durante o tratamento arquivístico e trazido aos usuários, não havendo uma preferência apenas pelos textos ou fotos. Clicando em 'textuais' e 'arquivo', abre-se a tela da *figura 5*.

Nesta página, vários campos são disponibilizados ao usuário para sua busca, como pode ser observado na imagem, podendo haver uma busca integrada entre as opções. Ao clicar em determinados campos, abrem-se janelas que trazem termos selecionados para busca – por meio de um vocabulário controlado que está em sintonia com os documentos de apoio disponibilizados –, o que facilita tanto a recuperação, quanto a própria pesquisa, já que o usuário tem um conjunto de termos específicos a sua disposição para seleção. Isso evita a possibilidade de buscas sem retorno ou infrutífera. É a descrição e a promoção do acesso pensadas em conjunto, se descreve com os termos que o próprio usuário adotará na pesquisa e os oferece a ele, no caso de tipologias documentais, por meio de um material de apoio.

FUNDAÇÃO
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

Portal do acervo

COMO PESQUISAR NO ACERVO DOCUMENTOS DE APOIO CONTATO

Buscar por termos (textuais)

ARQUIVO BIBLIOTECA

Autor

Título

Descritores (nome, instituição e lugar)

Tipo de Atividade/evento

Data ou período

/ / a / /

exceto repetir

Especificação de Atividade/evento

Local de Atividade/evento

Tipo de documento

Suporte

Acervo

Figura 5. Portal do Acervo – documentos textuais do arquivo.
Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br/>>. Acesso em: 08 nov 2021.

A partir disso, ao selecionar 'Tipo de documento', aparece uma janela com um conjunto de espécies e tipologias documentais, além de uma caixa de busca. Basta escolher as que sejam de

interesse e confirmar a seleção dos termos. Outros campos também podem ser preenchidos. Para acessar o discurso de posse, selecionamos 'discurso' como 'Tipo de documento' e selecionamos '01/01/1995' como 'Data ou período'. Assim chegamos à *figura 6*, em que há uma lista com possíveis documentos, de acordo com a demanda do usuário.

A imagem abaixo mostra o discurso de posse que nos interessa. O que pode ser observado é a completude e a clareza dos elementos descritivos do documento. Sendo informado ao pesquisador o acervo, o tipo de documento, referência, autor/signatário, evento/atividade, local, data, código no acervo e observação. Quando clicamos sobre o ícone do arquivo em pdf, aparece uma visualização do documento desejado (sendo possível download em alguns casos).



Figura 6. Portal do Acervo – Resultado de pesquisa para discurso de posse.
Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br/>>. Acesso em: 08 nov 2021.

O agrupamento dos documentos na FFHC ocorre no ato da descrição, não do arranjo. A operação classificatória básica, como apontam Ana Maria Camargo e Silvana Goulart, visa preservar as circunstâncias contextuais mais próximas da produção documental. Dessa forma, há a possibilidade de se criar séries documentais com base na tipologia documental, mas, também, reunir os documentos por evento (que é aquilo que ocorre em lugar e data determinados) a partir da adoção de descritores padronizados (CAMARGO; GOULART, 2007, p.64-65) – isso com documentos dos mais diferentes suportes e gêneros documentais que constam na FFHC.

6 ENTRECRUZANDO OS SITES

Como pode ser observado, cada instituição arquivística tem um site com características próprias, de acordo com as políticas, as necessidades e as possibilidades de cada uma, o que se aplica também ao tratamento técnico desenvolvido e aos instrumentos de pesquisa existentes. Desse modo, algumas considerações merecem ser apontadas, inicialmente, com relação ao acesso e, em seguida, no que diz respeito ao trabalho técnico desenvolvido.

Sobre o acesso, primeiro, todos os sites trazem os meios de acesso ao acervo na página inicial, o que facilita a pesquisa dos usuários com a possibilidade de atendimento de sua demanda documental/informacional, a partir de um canal de entrada direto ao conjunto documental.

Segundo, é interessante apontar que os sites procuram trazer estratégias de acesso fácil para o usuário aos documentos custodiados, como buscas associadas aos descritores dos acervos, a disponibilização de materiais de apoio elaborados pela equipe técnica, a criação de espaços temáticos com demandas verificadas anteriormente. Isso influencia na qualidade do acesso e na resposta aos usuários. A pesquisa no site da FFHC é notável nesse aspecto.

Contudo, ao acessar as bases de dados dos três arquivos selecionados, não deixou de nos saltar aos olhos as diferenças existentes na organização dos documentos, ou seja, nos arranjos existentes. Dado momento, alguns percursos de pesquisa se mostraram tão confusos que foi inevitável a percepção de como o princípio de classificação adotado no arranjo impactava, negativamente, no acesso aos documentos – seja àqueles disponíveis para visualização ou download, seja para o conhecimento da existência deles no interior do conjunto documental.

Portanto, no que toca à parte técnica, iniciamos com a apresentação de algumas considerações sobre o contexto de produção dos conjuntos documentais custodiados. Este é um ponto essencial, pois, de acordo com Geoffrey Yeo, a Descrição não pode desprezar o contexto de produção em prol dos ‘assuntos’ dos documentos, tendo em vista que “para os usuários posteriores, o *conteúdo* do documento talvez tenha pouco significado sem uma explicação do *contexto*” (YEO, 2016, p.136). Conforme Angelika Menne-Haritz, “nenhum documento pode ser totalmente compreendido e interpretado sem se conhecer as razões que estão na origem de sua criação” e “as respostas a estas perguntas encontram-se no texto dos outros documentos pertencentes ao mesmo conjunto e no lugar do documento no conjunto” (MENNE-HARITZ, 1992, p.263 *apud* BELLOTTO, 2014, p.334-335).

Desse modo, é preciso que os arquivos, a partir do processo de arranjo e descrição, permitam aos usuários conhecerem as razões que estão na origem da gênese documental ou, no

caso dos arquivos de pessoas, saber as razões da acumulação documental pelo produtor. Algo que é possível apenas se, conforme orienta Heloísa Bellotto, o arranjo precede o trabalho descritivo, permitindo, assim, aos instrumentos de pesquisa (e aqui alargamos esse apontamento às bases de dados) captar os conteúdos dos documentos nos seus contextos de produção, registrando a organicidade (BELLOTTO, 2006, p.174). Porém, o arranjo deve adotar o princípio de classificação funcional. Nas palavras de Ana Maria Camargo e Silvana Goulart,

o uso do método funcional, além de imperativo, demanda a identificação das atividades imediatamente responsáveis pelos documentos, patamar que, à semelhança do que ocorre na abordagem dos documentos de instituições, é possível evitar a instabilidade e polissemia das grandes categorias classificatórias (CAMARGO; GOULART, 2007, p.24).

No entanto, dentro de nosso panorama analítico, algumas instituições são mais felizes nessa tarefa. O CPDOC traz interessantes informações sobre os arquivos que custodia por meio do seu 'Guia dos Arquivos', principalmente ao trazer biografias dos produtores dos documentos, o que contextualiza aquele conjunto documental que a instituição preserva. Contudo, apenas isso não é suficiente para se compreender e se preservar o contexto de produção.

Por exemplo, quando os diferentes arranjos de seus arquivos adotam, de forma recorrente, séries como 'diversos' e similares – além de, em muitos casos, também explicitarem em suas nomenclaturas espécies documentais, autoridades, localidades ou temas –, o que vemos é a atribuição de valor diferenciado a certos documentos, criando, como expõe Luciana Heymann, as séries 'lixos históricos' – que são compostas por um "tipo de documento desvalorizado e que ocupa um lugar secundário nas etapas de arranjo e descrição de arquivo" (HEYMANN, 1997, p.51), mascarando em seu interior os documentos existentes. Isso não facilita o acesso aos mesmos e nem torna claro o seu contexto de produção/acumulação. Aliás, qual é a lógica de documentos como o título de eleitor de Getúlio Vargas estarem na série nomeada de 'Remessa Suplementar'?

No caso do MAST, as classes de 'documentos complementares', pouco recorrentes, mas presentes, são caracterizadas por documentos que são importantes para o todo, mas que não se enquadram nas seleções temáticas estabelecidas. Algo que não observamos na FFHC, é que a metodologia funcional e a descrição que parte do item documental equipara todos os documentos e o valor dos mesmos só pode ser atribuído pelo usuário de acordo com as suas demandas.

Assim sendo, o que pode ser observado, a partir dos meandros de pesquisa, é que o princípio classificatório adotado no arranjo causa um efeito cascata no processo de descrição e na

promoção do acesso e da difusão dos conjuntos documentais custodiados, seja em ambiente digital, seja mesmo na consulta presencial nos Arquivos.

Quanto ao grau de refinamento do processo de descrição, ou seja, se a preocupação descritiva é permitir o acesso ao item documental ou apenas o agrupamento de diferentes documentos em classes (séries ou subséries), devemos tecer alguns comentários. A esse ponto é dada pouca importância, mas ele é fundamental quando pensamos num acesso remoto.

Quando os usuários buscam documentos, eles querem chegar até estes. O arranjo e a descrição podem ser multiníveis, como propõem as normas de descrição (ISAD(G) e Nobrade, por exemplo, contudo, deve haver uma preocupação com a chegada até os documentos. No acesso presencial, os usuários têm a possibilidade de manusear os documentos e selecionar aqueles que atendem às suas demandas. O mesmo deve ser proporcionado no ambiente digital, mas como fazê-lo sem que os usuários precisem ficar passando diferentes imagens de um mesmo conjunto? Permitir o acesso remoto causa a necessidade de ter de deixar bem marcado o lugar que cada documento possui em seu conjunto documental e garantir meios de que ele seja recuperado de forma eficaz e eficiente. Isso exige uma complexidade de trabalhos técnicos associados.

Esse grau de refinamento se torna fundamental para arranjos que nomeiam as séries de forma genérica, caso do CPDOC. Nesse quesito, o FFCH nos apresenta algo mais interessante ao inverter a lógica descritiva e não se preocupar com a construção de quadros de arranjos, mas sim tomar o item documental como o ponto de partida.

Nessa sequência, para um maior sucesso da recuperação do documento/informação, é necessário que as plataformas de busca tenham um vocabulário controlado associado aos campos de busca e, principalmente, que esses termos sejam os mesmos utilizados como descritores pela equipe de descrição dos conjuntos documentais. A experiência da FFHC é algo a servir de exemplo, pois instrui os usuários a usarem a plataforma e evitam equívocos e pesquisas sem resposta. Além disso, permitem que fique a cargo da descrição e não da classificação/arranjo, a reunião de documentos segundo interesses temáticos – algo que será feito pelo usuário.

Tudo isso nos possibilita argumentar que o ponto de diferença crucial entre as instituições, e que acaba influenciando na qualidade do acesso, é a metodologia de classificação adotada na elaboração do arranjo dos fundos custodiados e, por consequência, no processo descritivo. Isso fica evidente, por exemplo, quando comparamos a FFHC e o CPDOC. A forma de se organizar os documentos (funcional, estrutural, temática ou híbrida) não é uma escolha qualquer. Pelo

contrário, ela pode criar potencialidades e limites para o uso do acervo. Desse modo, ficam evidentes duas questões quanto ao tratamento técnico dos arquivos permanentes.

De início, que a natureza primeira dos documentos de arquivo não pode ser ignorada, ou seja, o valor probatório deles deve ser destacado e utilizado como base para o arranjo e sua descrição. O valor secundário não deve, portanto, ser o norte dos arquivistas, mas do contexto de produção – bem como o de acumulação para os arquivos pessoais. Apenas assim será possível um acesso que atenda a todos. Não cabe ao arquivista pensar nos usos do documento no momento técnico do arranjo.

Em seguida, o que foi observado reforça a necessidade de se pensar todas as atividades do arquivo permanente – arranjo, descrição, referência, atividade educativa, ação cultural, preservação/conservação – de modo interdependente, visto que uma das decisões tomada no início do tratamento arquivístico de determinado fundo vai impactar, fortemente, na ponta final da cadeia, ou seja, nos modos de acesso e de promoção deste.

Desse modo, ao se acessar os sites, é notório que o acesso aos documentos é mais fácil quando se utiliza uma metodologia funcional para o arranjo, já que há uma preocupação com o lugar do documento no conjunto documental. Somado a isso, temos descrições que não chegam por completo ao item documental, indo até a série documentais, agravando ainda mais a necessidade de arranjos mais precisos e refinados, o que causa maiores transtornos a arquivos como o CPDOC, que custodia um grande volume documental. O MAST conseguiu solucionar esse entrave permitindo o acesso aos documentos no interior de seus quadros de arranjo, mas isso é muito trabalhoso quando se tem 200 arquivos, sendo alguns com milhares de documentos. Mas ainda é preciso atender aos princípios arquivísticos, o que exigirá muito trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação realizada no presente estudo, o que primeiro deve ser apontado é que, longe do que se pode imaginar, o acesso remoto não é uma questão apenas de tecnologia. Não que isso não tenha reflexo nas atividades desenvolvidas pelas instituições, no entanto, a adoção de determinada metodologia de arranjo e de descrição pode influenciar, fortemente, a forma como um usuário pode acessar os documentos custodiados por determinado arquivo. Desse modo, reforça-se a necessidade da adoção de metodologia que se preocupe em tornar o item documental acessível, dentro de um contexto de produção/acumulação bem explicitado.

A segunda consideração está intimamente relacionada à anterior. É que arranjo, descrição, referência, ação cultural, atividade educativa e preservação/conservação são peças de uma mesma engrenagem, a qual não funciona satisfatoriamente quando uma está em desajuste. Portanto, todas as atividades a serem realizadas no arquivo permanente devem ser propostas por meio de políticas específicas e elaboradas coletivamente.

Terceira, o site de um arquivo não é algo descolado do resto. Pelo contrário. A ele cabe uma atenção específica para que ele venha a cumprir seu papel de porta de entrada de usuários-cidadãos ao arquivo, o que permite a consolidação do papel social que os arquivos têm em nossa sociedade. O acesso remoto tem uma importante potencialidade em transformar os arquivos brasileiros, sobretudo os públicos, de arquivos históricos em arquivos de cidadania, que custodiam documentos que dizem respeito a todos nós e nos quais todos nós somos bem-vindos.

Os sites analisados, como apontado, possuem diferentes estratégias que refletem as escolhas teóricas e as técnicas adotadas, bem como as dificuldades enfrentadas, que são compartilhadas por todas as instituições arquivísticas brasileiras. No entanto, eles cumprem um papel social. O acesso remoto pode não ser completamente satisfatório, porém, o acervo, de certa forma, se torna conhecido e acessível dentro das limitações existentes, como destacado. Há de se louvar os trabalhos que vêm sendo executados, mas pontuadas considerações para reflexões e ações futuras. O acesso remoto bate à porta dos arquivos e não há como negar que está nele uma parcela significativa de nossos usuários.

REFERÊNCIAS

8.1 SITES

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 07 nov 2021.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Disponível em: <<http://fundacaofhc.org.br/>>. Acesso em: 08 nov 2021.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Disponível em: <<http://www.mast.br/>>. Acesso em: 07 nov 2021.

8.2 BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Ricardo Sodré. **Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência na web: novas possibilidades para as instituições arquivísticas públicas brasileiras**. 2010. 87f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivo e sociedade: políticas e ações voltadas para a educação. In: **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.132-143.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. O papel instrumental dos arquivos. In: **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.179-185.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.334-335.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos Pessoais são Arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n.2, p.26-39, jul-dez, 2009.

CASTRO, Renan. Arquivos pessoais, disponibilização e acesso na web: o caso do CPDOC. **Revista do Arquivo**. Ano II, n.4, p.1-14, mar, 2017. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/pdf/CASTRO__R_-_Arquivos_pessoais_disponibilizacao_e_acesso_na_web__o_caso_do_CPDOC.pdf>. Acesso em: 30 dez 2017.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Princípios de acesso aos arquivos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.25, n.2, p.166-177, jul./dez. 2012.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Código de ética**. Disponível em: <<https://www.ica.org/en/ica-code-ethics>>. Acesso em: 09 nov 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Declaração universal sobre os arquivos**. Disponível em: <http://www2.iict.pt/archive/doc/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT_1_.pdf>. Acesso em: 09 nov 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas**. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Diretrizes_Construcao_websites.pdf>. Acesso em: 05 dez 2017.

GIACOMO, Luiz Henrique Souza de. **Os sites de instituições arquivísticas e a disponibilização online de seus acervos**. 2017. 62f. Monografia (Graduação em Arquivologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

HEYMANN, Luciana. Indivíduo, memória e resíduos históricos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.10, n.19, p.41-60, 1997.

MARIZ, Anna Carla de Almeida. **A informação na internet: arquivos públicos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Inventários dos arquivos pessoais**. Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_acervo_arquivistico/inventarios.html>. Acesso em: 07 nov 2021.

SHELLENBERG, Theodore. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p.135-169.

NOTAS DE AUTORIA

Luiz Henrique Souza de Giacomo

Arquivista da Universidade Federal de Campina Grande. Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense. Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.
Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/2898317072418123>

Andréia de Freitas Rodrigues

Restauradora/Conservadora da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em Artes pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Bacharel em Artes e Design pela Universidade Federal de Juiz de Fora.
Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/0880541257889584>